

**BCI**BUREAU
OF
CORPORATIVE
INTELLIGENCE

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE –
ESTADO DE SÃO PAULO

Ref. Pregão Eletrônico nº 061/2023

Processo Administrativo nº 3716/2023

BCI ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.038.180/0001-99 e Inscrição Estadual Isenta, com sede na Avenida Paulista, 777, 15º andar, conj. 151, Bela Vista – São Paulo/SP – CEP 01.311-100, neste ato, legalmente representada pelo seu Patrono, **DR. FILIPE MARINHO**, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 50.672/PE, conforme Procuração em anexo (doc. 01), vem, respeitosamente, com fulcro no artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/02, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto por **THLAW CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 48.429.320/0001-98, com sede na Rua Funchal, 538, 2º andar, Cj. 24, Vila Olímpia – São Paulo/SP – CEP: 04551-060, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

I. PRELIMINARMENTE

Inobstante a decisão proferida pela Sra. Pregoeira de habilitação da Licitante BCI ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, a empresa THLAW CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, apresentou interesse em interpor recurso sob alegação de que o preço final declarado pela vencedora era inexequível, entretanto, tal alegação não deve prosperar, conforme motivos de fato e de direito que serão apresentados na presente peça de Contrarrazões, devendo ser mantida como vencedora do certame a empresa BCI ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA com a devida adjudicação e homologação, uma vez que a Licitante atende a todos os requisitos constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 061/2023 da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse/SP.



BCI

BUREAU
OF
CORPORATIVE
INTELLIGENCE

II. DA TEMPESTIVIDADE

Cumpra esclarecer que a presente peça de Contrarrazões está sendo apresentada de forma tempestiva, uma vez que, nos termos do artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/02 tal prazo é de 3 (três) dias, a contar do término do prazo da Recorrente. Considerando que o término do prazo para interposição de recurso findou-se aos 29 de setembro de 2023, o prazo para apresentação das Contrarrazões conclui-se em 04 de outubro de 2023.

III. DOS FATOS

Aos 26 de setembro de 2023 foi realizado pregão eletrônico por meio da plataforma Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBMNET), para contratação de empresa especializada para adequação da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse/SP à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Aberta a sessão com posterior fase de lances, à vista da habilitação foi declarada como vencedora a empresa BCI ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA com valor total global no importe de R\$ 5.689,92 (cinco mil seiscentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos). Questionada sobre a intenção de recurso, a empresa THLAW CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, apresentou interesse em interpor recurso.

IV. DAS CONTRARRAZÕES FÁTICAS E JURÍDICAS

Ilustre Senhora Julgadora, a Recorrida passará a demonstrar que a r. decisão sucedeu-se de forma correta em declarar a habilitação da empresa **BCI ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**, haja vista que a licitante atendeu todas às exigências do Edital, bem como **o valor ofertado é totalmente exequível**, conforme documentação já apresentada em sede de pregão eletrônico e documentações complementares que serão inclusas na presente peça processual.



IV.II. DA AUSÊNCIA DE INEXEQUIBILIDADE ALEGADA PELA RECORRENTE

Inobstante a alegação de inexecuibilidade pela empresa Recorrente, tal alegação não deve prosperar, uma vez que a BCI, além da capacidade técnica e operacional para execução das atividades objeto do presente certame.

Para que haja a execução do presente contrato, há a necessidade de que se tenha no corpo de colaboradores profissionais do meio jurídico e de tecnologia da informação. Conforme documentos abaixo, a BCI possui funcionários celetistas e qualificados desempenhando tais funções, como verifica-se nas informações extraídas do E-Social abaixo relacionadas:

Dados do Trabalhador

CPF: **391.935.998-46**

Nome: **NATHALIA RAPHAELA ALVES GUIMARAES PEREIRA**

Dados Cadastrais

MATRÍCULA

PRODASSE13

CATEGORIA 101 - Empregado - Geral, inclusive o empregado público da administração direta ou indireta contratado pela CLT

SITUAÇÃO

Ativo

DATA DE ADMISSÃO

04/11/2021

DATA DO DESLIGAMENTO

-

Dados do Trabalhador

CPF: **103.898.454-85**

Nome: **FILIPPE MARINHO DE OLIVEIRA ANDRADE**

Dados Cadastrais

MATRÍCULA

PRODASSE5

CATEGORIA 101 - Empregado - Geral, inclusive o empregado público da administração direta ou indireta contratado pela CLT

SITUAÇÃO

Ativo

DATA DE ADMISSÃO

11/08/2020

DATA DO DESLIGAMENTO

-



BCI

BUREAU
OF
CORPORATIVE
INTELLIGENCE

Ademais, a expertise destes profissionais na área de proteção de dados é devidamente comprovada nos autos do procedimento licitatório por meio de diversos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídica de direito público e privado, bem como por meio das certificações nas suas respectivas áreas de atuação.

Em ato contínuo, a recorrente alega em sede de recurso que o valor ofertado para a prestação do serviço é inexequível, não devendo tal alegação ser levada em consideração, haja vista a total possibilidade de cumprimento do contrato com o valor ofertado. Um ponto a ser destacado é o fato de existirem diversos contratos em que a BCI atua no âmbito da LGPD, muitos deles em instituições públicas, como a Câmara de Mauá, Câmara de Santo André, Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu, Câmara de Suzano e Câmara de Hortolândia, dentre outros. Assim, não há o que se falar que o valor é inexequível, uma vez que a licitante detém diversos contratos ativos para adimplemento de suas obrigações.

Diante do exposto acerca da inexequibilidade do valor ofertado para contratação, a recorrente utiliza o art. 48 da Lei nº 8.666/93, II, §1º para tentar justificar por que tal valor deve ser considerado inaplicável. Conforme a letra da lei:

*“Art. 48. **Serão desclassificadas:***

[...]

*II - **propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis**, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.*

*§ 1º **Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis**, no caso de licitações de menor preço **para obras e serviços de engenharia**, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores*






- a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração,*
- b) valor orçado pela administração.” (grifo nosso)*



É imperativo destacar que a recorrente distorce o artigo mencionado em relação ao serviço a ser ofertado. Conforme claramente exposto no vosso edital, o serviço em questão é classificado como uma **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO E ADEQUAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE ÀS EXIGÊNCIAS CONSTANTES DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LEI 13.709/2018)**, distinta da categoria de "obras e serviços de engenharia" mencionada no art. 48 da Lei nº 8.666/93, II, §1º.

A tentativa de aplicar os critérios de inexequibilidade relacionado a obras e serviços de engenharia a um serviço que claramente é de consultoria, evidencia uma interpretação inadequada da legislação. O serviço oferecido pela BCI é inequivocamente de natureza consultiva e de assessoramento, não se enquadrando nos parâmetros mencionados pela recorrente.

A recorrente alega ainda que a inexequibilidade do contrato dar-se-ia pelo fato de que o salário pago aos profissionais da área é em média de R\$ 12 mil a R\$ 16 mil reais, o que logicamente a informação não procede conforme abaixo apresentado:

	Boa Vista Analista de Privacidade e Proteção de Dados: mensal 4 ★ 2 salários Ver 2 salários de todas as localizações	Cerca de R\$ 6 mil - R\$ 6 mil	<div><div></div></div> <div>R\$ 6 mil R\$ 6 mil</div>
	Vix Logística Analista de Privacidade e Proteção de Dados: mensal 4,1 ★ 2 salários Ver 2 salários de todas as localizações	Cerca de R\$ 5 mil - R\$ 5 mil	<div><div></div></div> <div>R\$ 5 mil R\$ 5 mil</div>
	Stone Analista de Privacidade e Proteção de Dados 4,1 ★ 1 salários Ver 1 salários de todas as localizações	Cerca de R\$ 8 mil - R\$ 8 mil	<div><div></div></div> <div>R\$ 8 mil R\$ 8 mil</div>
	Nestlé Analista de Privacidade e Proteção de Dados: mensal 4,1 ★ 1 salários Ver 1 salários de todas as localizações	Cerca de R\$ 7 mil - R\$ 7 mil	<div><div></div></div> <div>R\$ 7 mil R\$ 7 mil</div>
	Globo Analista de Privacidade e Proteção de Dados: prestador de serviços mensal 4,2 ★ 1 salários Ver 1 salários de todas as localizações	Cerca de R\$ 8 mil - R\$ 9 mil	<div><div></div></div> <div>R\$ 8 mil R\$ 9 mil</div>

Conforme apresentado, as empresas que a recorrente utilizou como parâmetro são empresas de grande porte comercial. Cumpre esclarecer ainda que a empresa BCI está classificada na categoria de Microempresa, distanciando-se do porte das empresas que pagam os salários utilizados como base para tal alegação.

Não obstante, cabe ressaltar que o site "glassdoor.com.br", utilizado como parâmetro para as alegações de inexequibilidade, é alimentado por informações fornecidas pelo público em geral e não pelas próprias empresas ali listadas. Dessa forma, é suscetível a distorções, uma vez que qualquer usuário pode inserir valores salariais, o que poderia resultar em uma média salarial distorcida para



BCI

BUREAU
OF
CORPORATIVE
INTELLIGENCE

uma determinada função. A plataforma, ao calcular a média parcial da função com base nos dados fornecidos, pode não refletir com precisão a realidade salarial de uma empresa específica.

Em ato contínuo, conforme Carteiras de Trabalho anexas à presente peça de Contrarrazões, verifica-se que o valor indicado pela Recorrente não é semelhante aos praticados pela Recorrida, não sendo sólido o argumento da recorrente.

Outrossim, verifica-se a boa situação financeira da empresa mediante o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis inseridas nos documentos de habilitação, ratificando que a BCI detém total capacidade para cumprimento das suas atividades perante a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse.

Na mesma, como prova de plena exequibilidade do serviço com o valor ofertado, a BCI apresenta em anexo **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**, demonstrando em detalhes os valores, encargos tributários a serem pagos e a hora técnica dos profissionais que exercerão as atividades.

Importante frisar que a Câmara Municipal de Paulínia em julgamento de recurso, firmou posicionamento favorável em relação à exequibilidade de valor ofertado pela licitante vencedora, levando em consideração que para análise do mérito, deve-se considerar o tamanho da estrutura do Órgão Público. Para isso, indicou-se o valor homologado pelo certame do TCE- SP, considerando que o tribunal detém maior estrutura do que a Câmara, julgando assim, a melhor oferta como razoável e exequível. Vejamos:

II – Da exequibilidade da proposta vencedora

Por fim, a recorrente alega que a documentação exigida pelo Pregoeiro para comprovação da exequibilidade do preço ofertado não seria adequada, uma vez que os órgãos nos quais a empresa Contego foi vencedora teriam proporções menores e não serviriam de comparação. Aponta, ainda, que um melhor parâmetro para comparação seria o certame do próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que possui um maior escopo e valor estimado de R\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais) para a contratação. De fato, o certame do TCE-SP é um melhor parâmetro para comparação. Tendo isso em vista, o Pregoeiro verificou que a proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº 12/21, do TCE-SP, foi no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), cujo objeto foi adjudicado e o certame homologado, como pode ser verificado no link https://www.bec.sp.gov.br/bec_pregao_UI/Adjudicacao/becpr1800101.aspx?GnPRZPaeCfyZBiQBVPvZKMB4lmyLGoC9np%2fXrz56s4Yjx2Vzt4oF7JfkFS5ltfHyo. Portanto, considerando que o tribunal de contas tem estrutura muito maior que a Câmara Municipal de Paulínia, e que a empresa Contego foi vencedora em diversos órgãos com objeto semelhante, a proposta final apresentada parece ser razoável e exequível.

Em ato contínuo, a Câmara Municipal de Piracicaba manteve posicionamento de que não compete à Administração declarar a inexecuibilidade da proposta do licitante, relatando ainda, que “a legislação que regulamenta referido procedimento prevê outros meios de evitar a oferta de



proposta inexecutável por vezes com maior eficácia que a desclassificação da licitante, tais como sanções administrativas e contratuais, inclusive, devendo ser excluído dos certames subsequentes por inidoneidade.” Vejamos:

Ainda, convém destacar que no procedimento do pregão, a questão da inexecutabilidade dos preços ofertados deve ser tratada de forma cautelosa, tendo em vista que sua adoção objetiva primordialmente a obtenção de menor preço na contratação. Ademais, a legislação que regulamenta referido procedimento prevê outros meios de evitar a oferta de proposta inexecutável, por vezes com maior eficácia que a desclassificação da licitante, tais como sanções administrativas e contratuais, inclusive devendo ser excluído dos certames subsequentes por inidoneidade.

Portanto, mister se faz concluir que, não compete à Administração declarar a inexecutabilidade da proposta do licitante, mas facultar ao participante do certame que ofertou o menor preço, a possibilidade de comprovar a executabilidade de sua proposta, executando a prestação nos exatos termos de sua oferta.

Ainda sobre o tema em questão, a Câmara Municipal de Suzano indicou o entendimento do Tribunal de Contas da União, onde “a exclusão do certame de proposta passível de demonstração de executabilidade constitui falta grave, visto que fatores externos que oneram a produção incidem de maneira diferente sob cada empresa”.

No entendimento do Tribunal de Contas da União, a exclusão do certame de proposta passível de demonstração de executabilidade constitui falta grave, visto que os fatores externos que oneram a produção incidem de maneira diferente sob cada empresa, a depender da situação empresarial, facilidades ou dificuldades que permeiam nas negociações.

18. Não bastasse essa grave falha, verificou-se que não foi dada ao licitante desclassificado por inexecutabilidade a oportunidade de demonstrar a viabilidade de sua oferta. Essa impropriedade também se afigura grave porque, como firmado na doutrina afeta à matéria e na jurisprudência desta Corte (vide relatório supra), o juízo de inexecutabilidade de uma proposta não é absoluto, mas admite demonstração em contrário. Isso, porque não se



BCI

BUREAU
OF
CORPORATIVE
INTELLIGENCE

Importante destacar o parecer emitido pela Procuradoria do Município de Pariqueira-Açu em relação à desclassificação por inexecutabilidade de preço:

A desclassificação da proposta depende da evidenciação da inviabilidade de sua execução, a questão fundamental não reside no valor da proposta, por mais ínfimo que seja, mas na impossibilidade de se executar aquilo que foi ofertado.

Nas palavras do ilustre e renomado **MARÇAL JUSTEN FILHO**, ao comentar o artigo 48, em sua obra **COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – 11ª edição**: “...a eliminação de ofertas de valor reduzido pode configurar, por si só, uma ofensa aos princípios da competição leal. Num sistema capitalista, os agentes econômicos são livres para formular propostas... Logo impedir uma prática essencial ao capitalismo caracteriza uma distorção do processo de competição, em que se pretende impedir a obtenção da contratação por aquele que formula a proposta de menor valor.

Outrossim, a Procuradoria também destacou a possibilidade de interpretação pelos órgãos de fiscalização como eventual prejuízo aos recursos financeiros públicos:

A finalidade da licitação é selecionar a proposta mais vantajosa, deixar de acatar o afanco da empresa em firmar o contrato, poderá ser interpretado pelos órgãos de fiscalizações como eventual prejuízo ao erário.

Assim, diante da afirmação da empresa em cumprir o contrato, ciente a mesma de eventuais sanções, opino pela improcedência dos recursos, mantendo vencedora a menor proposta apresentada.

Em ato contínuo, conforme contratos em anexo, referentes à Prefeitura e Câmara Municipal de Pariqueira-Açu, o valor homologado em seus respectivos certames é semelhante ao ofertado no presente procedimento licitatório, ratificando a exequibilidade do preço ofertado pela recorrida.

Quanto à alegação da Recorrente em razão da apresentação da Certidão Federal positiva com efeitos de negativa, esta não deve prosperar, uma vez que se trata de alegação que objetiva retardar



o procedimento licitatório, uma vez que é totalmente lícita a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos do item 2, alínea “c” do Edital:

*c) a prova de Regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser atendida pela apresentação do seguinte documento: Certidão Conjunta Negativa ou **Positiva com efeitos de Negativa** de débitos relativos a Tributos e Contribuições Federais e quanto à Dívida Ativa da União, administrados pela Secretaria da Receita Federal, inclusive contribuições sociais; (Grifo nosso)*

Em ato contínuo, conforme observa-se na planilha de custos e formação de preços anexa à presente peça processual, fica ratificado que o preço apresentado pela licitante BCI é totalmente exequível.

V. DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Nos termos da Lei 8.666/1993, em seu artigo 3º frisa-se que o procedimento licitatório deverá observar alguns princípios, um deles é o da legalidade, conforme exposto a seguir:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Em suma, não há razão ou argumento sólido que enseje à inabilitação da Recorrida, tendo em vista que foram apresentados os documentos requeridos no Edital, bem como o valor da proposta é exequível, estando assim, em consonância ao requerido no certame.

Ademais, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, nos termos do artigo 41º da Lei nº. 8.666/93:



BCI

BUREAU
OF
CORPORATIVE
INTELLIGENCE

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

Por fim, não havendo qualquer irregularidade no valor ofertado pela licitante vencedora, demanda-se o **improvemento integral** do recurso interposto pela empresa THLAW CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.

VI. DOS PEDIDOS

Diante do exposto nestas Contrarrazões, requer-se que:

- a) A peça recursal da recorrente THLAW CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA seja conhecida para, no mérito, ser **IMPROVIDA INTEGRALMENTE**, pelos fatos e fundamentos explanados;
- b) Que a Ilma. Sra. Pregoeira **declare a empresa BCI ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA habilitada e vencedora do Pregão Eletrônico nº 061/2023** da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse/SP, com a devida homologação e adjudicação, em consonância com os princípios e demais fundamentações informadas e devidamente comprovadas;
- c) Outrossim, caso o Ilma. Sra. Pregoeira opte por não manter sua decisão, requeremos que seja remetido o processo para apreciação da autoridade superior competente, nos termos do artigo 109, III, § 4º da Lei 8666/93.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

São Paulo, 02 de outubro de 2023.

DR. FILIPE MARINHO

OAB/PE 50.672